

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gasto tributário vai de 2% a 7% do PIB em 22 anos.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Pacote de corte de gastos deve ter teto para correção do mínimo.....6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Militares pesam 17 vezes mais na Previdência, aponta TCU.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Para melhorar ações sem violar o arcabouço (Artigo).....9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad pede colaboração das Forças Armadas.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

13º injetará R\$ 321 bi na economia.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil gasta R\$ 2,2 bilhões em saúde com doenças evitáveis pelo saneamento básico
.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Meta brasileira abre novo modelo de desenvolvimento.....15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC que reduz jornada de trabalho consegue assinaturas.....17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

COP29: Brasil tem nova meta.....19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad afirma que pacote terá valor "expressivo".....20

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Senado aprova texto-base do projeto sobre emendas.....21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

A utopia e o fim do regime 6X1 - CELSO MING.....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Corte de gastos passa por discussões sobre emendas parlamentares.....23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com alterações, Senado aprova projeto que cria mercado regulado de carbono.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Haddad discute "conceito" do corte de gastos com Lira.....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Haddad ameniza piora de ativos.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Galípolo fala em decisão "reunião a reunião" sobre juro.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Economistas expõem ao BC dúvida sobre solução fiscal duradoura.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Selic em alta põe Brasil em "situação anormal".....	33

Gasto tributário vai de 2% a 7% do PIB em 22 anos

Lucianne Carneiro Do Rio

Os gastos tributários no Brasil avançaram de uma parcela equivalente a 2,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2002 para 6,9% em 2024, mostra estudo de pesquisadores da Fundação Getulio Vargas (FGV) que traça retrato sobre o tema no país. A estimativa inclui tanto renúncias fiscais contabilizadas pela **Receita Federal** como gastos tributários federais e também isenções em nível estadual.

Em um ambiente fiscal restrito, o "Relatório nacional sobre gastos tributários" defende a necessidade de reformas que ajudem a reduzir o impacto dos incentivos fiscais nas contas públicas e na sustentabilidade fiscal.

Ao participar do lançamento do estudo, a subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire, afirmou que a melhoria da governança dos gastos tributários é fundamental no ambiente atual de necessidade de sustentabilidade fiscal. No momento, reconhece, as exigências para aprovação e acompanhamento desses gastos são inferiores às dos gastos diretos dos governos.

"Estamos falando de políticas públicas, então se fala de espaço fiscal. Quando se discute necessidade de equilíbrio orçamentário e sustentabilidade fiscal, é muito importante esse debate sobre gastos tributários", disse ela, no evento: "O papel dos gastos tributários na política fiscal: desafios e oportunidades", na FGV, no Rio. "Temos políticas públicas via gastos tributários. [A avaliação] pode abrir espaços para políticas necessárias nesse momento de desafios climáticos e demográficos."

É a primeira vez que há consolidação dos governos federal e estaduais, ainda que os autores apontem diferenças na metodologia para contabilizar esses gastos e no conceito usado: nem todas as renúncias fiscais no âmbito federal estão incluídas na definição de gasto tributário da Receita.

Um exemplo citado pelo professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV Ebape) Paolo de Renzio, um dos autores do estudo, foi o do Repetro (regime aduaneiro especial que facilita a importação de bens destinados à exploração de petróleo), com valores grandes, mas que não entram

nessa conta.

"Existe ainda um nível de confusão e clareza do que é gasto tributário ou não diante do que é divulgado pelo governo. [...] Isso cria certa opacidade", disse.

No caso dos governos estaduais, há disparidades na forma de contabilizar os subsídios entre Estados e também mudanças ao longo do tempo em um mesmo Estado.

O trabalho calcula o quanto os gastos tributários representam da arrecadação desses governos: Amazonas lidera esse ranking, com parcela de 62%, como reflexo da Zona Franca de Manaus. Santa Catarina (47%), Mato Grosso (38%), Goiás (33%) e São Paulo (30%) também estão no topo.

"Nosso trabalho mostra esforço de entender as fragilidades metodológicas no debate sobre gasto tributário, mas ao mesmo tempo oferecer o melhor retrato disponível da situação", afirmou o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), Manoel Pires, que também participa do trabalho, ao lado de Natalia Rodrigues, doutoranda da FGV Ebape; e Giosvaldo Teixeira Junior, assistente de pesquisa do FGV Ibre.

Pires ressaltou as recomendações apresentadas do estudo para aprimorar a metodologia, como a questão conceitual e a uniformização da legislação, por exemplo. "Com mais transparência, é possível estabelecer mecanismos de controle mais eficientes", disse.

O relatório é resultado de parceria da FGV com o Conselho em Políticas Econômicas (Council on Economic Policies, CEP, na sigla em inglês) e o Instituto Alemão para o Desenvolvimento e a Sustentabilidade (Idos), com apoio da instituição Samambaia.org.

O estudo mostra que os gastos tributários em nível federal se mantiveram em cerca de 4,5% do **PIB** nos últimos anos. A parcela dos Estados, por sua vez, varia de 1,5 ponto percentual a 2 pontos percentuais. Essa alta reflete a combinação de melhoria e ampliação da divulgação de renúncia de receita pelos Estados, e ampliação dessas isenções.

"O principal problema é a ausência de arcabouço completo e integrado de governança dos gastos tributários, que envolva Executivo e Legislativo", disse Freire.

Ela revelou um projeto em curso para detalhar as atividades econômicas que recebem incentivos tributários, os tipos de benefícios, valores e distribuição regional. Além disso, vai incluir indicadores para refletir a extensão dos gastos, como na área de sustentabilidade, por exemplo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1§ion=1)**

Gastos tributários

Parcela em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - em %



Fonte: Relatório nacional sobre gastos tributários

Pacote de corte de gastos deve ter teto para correção do mínimo

**GABRIEL HIRABAHASI CAIO SPECHOTO DANIEL
WETERMAN BRASÍLIA**

O governo deve incluir no pacote de revisão de gastos um limite para a valorização do salário mínimo, cuja correção tem impacto em aposentadorias e pensões da **Previdência Social**, no seguro-desemprego, abono salarial e no Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda).

Pela proposta apresentada pela equipe econômica, o mínimo passaria a seguir a mesma regra prevista no arcabouço fiscal, de aumento real (acima da **inflação**) entre 0,6% e 2,5% ao ano, apurou o Estadão/Broadcast. Atualmente, a correção do salário mínimo considera a **inflação** do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

Ainda não está certo se o governo trocará o indexador do **PIB** pelo teto do arcabouço - o que mudaria a dinâmica dos ganhos daqui para frente e até poderia garantir correções maiores para o mínimo em época de **PIB** baixo - ou se manterá o percentual do **PIB** atrelado ao sublimite do arcabouço. Nesse caso, seria adotado o índice que for o menor.

Além do salário mínimo, o governo também avalia incluir no pacote o mesmo limite de 2,5% para os pisos constitucionais da Saúde e da Educação, que atualmente crescem de acordo com a arrecadação federal. Dessa forma, seria possível ter uma previsibilidade sobre os gastos e dar ao mercado um sinal de que o pacote inclui medidas de cortes estruturais, segundo integrantes da equipe econômica.

O mercado vê o risco de uma explosão da dívida pública e do próprio arcabouço fiscal se o governo não adotar um plano de revisão de gastos. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou em um pacote "expressivo".

Ainda assim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve deixar o anúncio do pacote para depois da cúpula do G-20, que acontece na semana que vem, no Rio. Além disso, a negociação com o Congresso deve passar antes pelas emendas parlamentares, suspensas por decisão do Supremo Tribunal Federal (mais informações na pág. B2).

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, esteve ontem na Câmara e evitou falar sobre o pacote, mas também não defendeu a manutenção do piso da Saúde sem alterações quando questionada sobre a discussão, como fez anteriormente - sinalizando que a área poderá sofrer cortes com a decisão de Lula. Em resposta ao deputado Dr. Frederico (PRDMG), que afirmou que o ministério passa por um período de "vacas gordas", Nísia disse que não há excessos no orçamento da área e que "o presidente Lula tem total compromisso com a Saúde, e cabe ao presidente, e não a mim, as definições orçamentárias que se façam necessárias".

Diferença Mudança pode gerar economia de até R\$ 84 bi em dez anos, indica projeção da XP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Militares pesam 17 vezes mais na Previdência, aponta TCU

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA | COLABORARAM
AMANDA PUPO e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA**

Os militares pesam, individualmente, 17 vezes mais no déficit da Previdência do que os aposentados do Regime Geral do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Conforme os números mais recentes levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o déficit per capita do **INSS** foi de R\$ 9,4 mil no ano passado, enquanto o dos servidores civis foi de R\$ 69 mil e o dos militares atingiu o montante de R\$ 159 mil.

Na segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a inclusão do Ministério da Defesa no pacote de corte de gastos. Ainda na terça-feira, ele chegou a conversar com o chefe da pasta, José Múcio Monteiro, sobre o assunto.

Ontem, Múcio se reuniu com Haddad e técnicos da Fazenda.

"Nós já havíamos falado com o ministro (da Defesa). O que o ministro fez foi chamar os comandantes das tropas, e apresentamos a eles os argumentos e as ideias. E eles colocaram as equipes técnicas à disposição aqui do Tesouro Nacional", disse Haddad, acrescentando que será feita uma avaliação sobre se será possível incluir, "em tempo hábil, mais algumas medidas no conjunto do que já está pactuado com os ministérios.

A decisão do governo de incluir as Forças Armadas no plano de corte de gastos gerou críticas.

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), ex-vicepresidente e general da reserva do Exército, foi ao X criticar a medida. Segundo ele, o governo quer transformar o regime dos militares em "vilão" do déficit da Previdência.

O sistema de proteção dos militares, como é chamado o regime de aposentadorias e pensões das Forças Armadas, é composto de alguns benefícios que entraram na mira da equipe econômica.

Pelo menos três deles foram discutidos nos últimos dias entre integrantes do governo: as pensões dadas para filhas solteiras; os pagamentos em razão da chamada "morte ficta" (ou "morte fictícia"), que é

quando o militar é punido, mas a família recebe uma pensão como se ele tivesse morrido; e o dinheiro que os integrantes das Forças Armadas recebem quando saem da ativa.

O levantamento do TCU serviu como base para assessores de Lula começarem a defender mudanças na área. A medida também ajudaria Lula a "vender" o pacote, que passaria a conter reduções em uma categoria considerada "privilegiada", e não apenas cortes em áreas sociais.

"Considerando a profundidade das alterações nos regimes previdenciários, promovidas nas últimas duas décadas, verifica-se que os militares das Forças Armadas foram os que preservaram as maiores vantagens", afirmou o ministro Walton Alencar Rodrigues, em análise das contas públicas, em junho.

VALORES. Em valores absolutos, o déficit total da Previdência foi de R\$ 428 bilhões em 2023. Isso acontece porque o que se arrecada de quem está trabalhando é menor do que o que se paga para aposentados e pensionistas.

A conta é composta por um déficit de R\$ 315,72 bilhões no **INSS**, R\$ 54,78 bilhões no regime dos servidores civis, R\$ 49,73 bilhões nas Forças Armadas e R\$ 8,03 bilhões no Distrito Federal, que incorpora policiais e bombeiros de Brasília bancados pela União.

O resultado negativo dos militares é menor em termos totais, mas supera em proporção ao número de integrantes. Enquanto o **INSS** banca seus custos com 65% de arrecadação própria, os militares contribuem com apenas 15,47% da despesa de sua previdência, ou seja, o governo tem de cobrir o "buraco" com mais recursos de **impostos** federais que poderiam ir para outras áreas.

As pensões vitalícias para filhas solteiras é um exemplo tratado como emblemático por integrantes do TCU e ministros da área econômica do governo.

Esse é um privilégio específico do sistema militar. A pensão foi extinta para quem ingressou na carreira a partir de 2001, mas ainda é paga para quem entrou antes desse período. As projeções do Tribunal de Contas da União indicam que, até 2060, o governo ainda arcará com esse custo. Reportagem do Estadão

publicada em 2021 revelou que filhas solteiras de militares recebem até R\$ 117 mil mensais.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Defesa não se pronunciou.

Peso maior R\$ 159 mil é o déficit per capita dos militares nas contas da Previdência

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Para melhorar ações sem violar o arcabouço (Artigo)

Raul Velloso Consultor econômico

É o conjunto dos gastos sociais, inclusive o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que mais pesa dentro do Orçamento da União, devendo alcançar R\$ 1,2 bilhão ou 56% do gasto primário total em 2024. E tem, de fato, crescido muito. A parte relativa ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) está 8,3% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2022-2023. O gasto com a parcela do RGPS aumentou de R\$ 797 bilhões em 2022 para cerca de R\$ 899 bilhões em 2023 (ressalvase, contudo, que parte significativa desse aumento de despesa se deveu ao pagamento de precatórios extraordinários no fim de 2023).

Para um período mais recente, fora as despesas judiciais e compensações a Estados e municípios, houve um aumento real no pagamento de benefícios de 3,7% nos dez primeiros meses de 2024, vis-à-vis igual período de 2023, algo bem acima do limite de gastos do "arcabouço" (2,5%).

Daí a muito provável necessidade de forte compressão das demais despesas da União. E, portanto, preocupações generalizadas com o assunto. Muito disso tem a ver com o aumento real do salário mínimo, que afeta cerca de 42% da despesa do RGPS, e o crescimento natural das despesas previdenciárias em função do envelhecimento da população. Porém, grande parte do aumento dos gastos se deve a dois fatores: o aumento desproporcional da concessão de benefícios por incapacidade temporária, o auxílio-doença, e a baixa efetividade das medidas de controle de fraudes. O programa de enfrentamento à fila do **INSS** teve o mérito de reduzir o tempo de espera do segurado.

Contudo, isso provavelmente aconteceu à custa de aumento gigantesco da concessão indevida de benefícios: a quantidade de benefícios de incapacidade temporária emitidos cresceu de cerca 970 mil em setembro de 2023 para 1,6 milhão de benefícios em setembro de 2024. O aumento foi de 60%, algo nunca visto na Previdência, mesmo havendo uma redução no número de benefícios emitidos em setembro de 2024, em comparação com o mês anterior. Isso se explica pelo enorme aumento no número de requerimentos desse benefício.

A título de exemplo, em outubro de 2024 houve cerca de 867 mil requerimentos de benefícios por incapacidade, enquanto em outubro de 2023 foram cerca de 442 mil, um aumento, pasmem, de 96%. Em outubro de 2022, tinha sido de 422 mil. O que ocorreu na saúde do trabalhador brasileiro nesse período para justificar tamanho incremento de requerimentos para esse grupo de benefícios?

(Agradeço a ajuda de Leonardo Rolim, o maior especialista que conheço, com quem voltarei ao assunto em breve.)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad pede colaboração das Forças Armadas

GERALDA DOCA geralda@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Os comandantes das Forças Armadas, os ministros da Defesa, José Múcio Monteiro, e da Fazenda, Fernando Haddad, acertaram ontem que as equipes técnicas vão se reunir para fazer cálculos e detalhar as medidas de ajuste sobre os militares, que farão parte do pacote fiscal em discussão há semanas pelo governo.

As reuniões devem se estender nos próximos dias. O martelo deve ser batido na semana que vem.

O encontro no Ministério da Defesa durou pouco mais de uma hora e contou com a presença da tropa de choque da Fazenda. Além de Haddad, participaram o secretário executivo da pasta, Dario Durigan, e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Do lado dos militares, participaram da reunião o general Tomás Paiva, comandante do Exército; o tenente-brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, comandante da Aeronáutica; e o almirante Marcos Sampaio Olsen, comandante da Marinha.

AJUDA DE TODOS

Esse primeiro encontro teve um caráter político, de acordo com pessoas com conhecimento no assunto, em que Haddad fez um apelo para que a Defesa colaborasse com o ajuste fiscal do governo. O ministro pediu a ajuda de todos no esforço, contou um oficial de alta patente.

Do outro lado, houve um gesto de boa vontade dos Comandantes das Forças no sentido de abrir as discussões. Não se falou em números. Durante o encontro, a ala militar reiterou as especificidades da carreira, como dedicação integral, a proibição de fazer greves e sem os direitos trabalhistas dos civis, além de defasagem salarial em relação às funções equivalentes.

Também foi mencionado que os militares tiveram mudanças no regime previdenciário em 2019 e que as alterações ajudaram a reduzir o déficit.

De forma reservada, os comandantes admitem que a pensão às famílias de militares expulsos das fileiras deve acabar. E, para não deixar dependentes

desamparados, que o governo deve passar a pagar o auxílio-reclusão via **INSS**.

PENSÃO DE FILHAS SOLTEIRAS

Até mesmo a pensão vitalícia das filhas que ainda não recebem o benefício pode passar por ajustes, com regras de transição. Mesmo assim, há risco de judicialização. Para quem já recebe, é direito adquirido, avaliam os militares.

Sobre o aumento das contribuições de ativos e inativos, os militares afirmam que a medida teria de vir com a contribuição patronal do Tesouro Nacional, conforme ocorre nos demais regimes previdenciários.

Os militares também resistem ao fim da integralidade (salário do último posto) na inatividade e paridade, mesmo reajuste salarial dos ativos para integrantes da reserva e pensionistas.

Na proposta original do Ministério da Fazenda, que era mais abrangente e incluía a revisão da previdência dos militares, além de um caminho para o fim das pensões de filhas solteiras, a economia estimada era de R\$ 6 bilhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

13º injetará R\$ 321 bi na economia

O pagamento do 13-salário até dezembro de 2024 deve movimentar cerca de R\$ 321,4 bilhões na economia brasileira, segundo projeções do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Esse valor, que representa cerca de 3% do **PIB**, beneficiará aproximadamente 92,2 milhões de brasileiros, proporcionando rendimento extra médio de R\$ 3.096,78.

No caso do 13º do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), aposentados e pensionistas já receberam as duas parcelas no primeiro semestre. Mas quem começou a receber o benefício a partir de junho deste ano vai ter o 13º do **INSS** em parcela única, em novembro.

Os cálculos do Dieese incluem o valor total pago pelo **INSS** a seus beneficiários, incluindo as parcelas que já foram antecipadas. Assim, os dados representam uma projeção do volume total de 13º que entrará na economia ao longo do ano.

Os números não consideram trabalhadores autônomos ou informais nem beneficiários de categorias que recebem parte do 13º antecipadamente via acordos coletivos.

Os recursos do 13º são distribuídos entre trabalhadores formais, incluindo empregados domésticos, e beneficiários de regimes previdenciários, como aposentados e pensionistas do **INSS** e servidores de regimes próprios de União, Estados e municípios. Do total, R\$ 214 bilhões, ou 66%, vão para trabalhadores formais.

Segundo o Dieese, a divisão regional dos recursos reflete o perfil econômico do país. O Sudeste, que concentra a maior parte dos empregos formais, ficará com 50,1%. O Sul e o Nordeste recebem, respectivamente, 16,7% e 15,9%, enquanto o Centro-Oeste e o Norte ficam com 9% e 5% do total.

O Distrito Federal tem o maior valor médio do 13º (R\$ 5.665). Já Estados como Maranhão e Piauí terão médias mais modestas, por volta de R\$2 mil.

Para os assalariados dos setores público e privado, que somam cerca de 55,5 milhões de trabalhadores no mercado formal, a maior parte do 13º será destinada ao setor de serviços, responsável por 64,6% do total. A indústria e o comércio receberão 17% e 13%, respectivamente.

No Estado de São Paulo, que responde por quase 30% dos recursos totais, cerca de 24 milhões serão beneficiados, injetando R\$ 96,2 bilhões na economia paulista, o que representa 2,7% do **PIB** estadual.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1§ion=1>

Brasil gasta R\$ 2,2 bilhões em saúde com doenças evitáveis pelo saneamento básico

CONTEÚDO PATROCINADO POR ABCON SINDCON E AESBE

A falta de saneamento básico no Brasil não é apenas uma questão de infraestrutura, mas de saúde pública. Em três anos (2021 a 2023), foi registrado 1 milhão de internações em decorrência de déficits na coleta de esgoto e tratamento de água, que causaram um impacto de R\$ 2,2 bilhões no Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados fazem parte de um estudo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) e, segundo a entidade, caso a **reforma tributária** em debate no Congresso Nacional aumente a carga de **impostos** do setor, a desigualdade sanitária pode avançar e dificilmente o país reverterá esses impactos sobre a saúde brasileira.

Nos últimos anos, sobretudo depois do Marco Regulatório do Saneamento Público, em 2020, a cobertura do setor avançou. No entanto, investimentos ainda são necessários, já que quase metade (45%) da população ainda não tem acesso a esgoto e 15%, à água tratada. Segundo outro estudo, do Instituto Trata Brasil, os maiores déficits de cobertura estão no Norte, onde o sistema de esgoto é acessível para apenas 7,5% da população; e no Centro-Oeste, onde essa taxa de cobertura está em 24,7%.

CRIANÇAS MAIS VULNERÁVEIS

As crianças brasileiras são as mais vulneráveis a doenças causadas pela falta de saneamento, com mais de 300 mil internações anuais. Isso afeta diretamente o desenvolvimento e gera repercussões durante toda a vida, com desdobramentos, inclusive, sobre os estudos e a renda na fase adulta. De acordo com a Abcon Sindcon, 10,7% dos óbitos em internações hospitalares são causados por doenças ligadas à ausência de saneamento. Em muitas comunidades, segundo o Trata Brasil, crianças acabam impedidas de frequentar a escola com regularidade por conta de doenças repetitivas, resultando em um atraso educacional de cerca de 1,8 ano aos 19 anos de idade.

Ilana Ferreira, superintendente técnica da Abcon Sindcon, alerta que a população brasileira ainda é muito impactada por doenças que poderiam ser

facilmente erradicadas. "É preocupante e devastador. São doenças que deveriam deixar de existir", lamenta. "Elas afetam os mais vulneráveis. Estudos mostram que, entre crianças de 1 a 4 anos, há uma alta incidência de internações por doenças associadas à falta de saneamento, como a diarreia", explica.

A executiva acredita que o Congresso entenderá a importância de equiparar o saneamento à saúde na **reforma tributária**. "Não faz sentido que um setor essencial como o saneamento tenha o mesmo tratamento de setores como o de armas. Para cada dólar investido em saneamento, economizamos US\$ 5 em saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde. Economicamente é muito mais racional permitir que o setor continue a investir para reduzir doenças no futuro", pondera.

A Região Norte, onde as taxas de cobertura de saneamento básico são notoriamente mais baixas, apresenta uma incidência de 45,43 casos de diarreia por mil crianças, mais que o dobro da média nacional, de 18,48. Esse contraste é um reflexo da desigualdade de infraestrutura entre as regiões e evidencia como a ausência desse tipo de serviço afeta gravemente a saúde infantil. Em regiões como o Sudeste, com melhores índices de acesso, a incidência cai para 10,97,0 que reforça a ideia de que o saneamento é essencial para reduzir doenças infecciosas e que está diretamente ligado à saúde pública.

"O que nós estamos discutindo é o futuro da próxima geração", alerta a presidente executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Pretto. "De 0 a 2 anos, quando não há acesso a saneamento, há um atraso muito grande no desenvolvimento físico, intelectual, neurológico e cognitivo dessa criança", afirma. Ela relata ainda que aquelas sem acesso a saneamento terão um número maior de internações e chegam à avaliação do quinto ano escolar sem conseguir ver horas no relógio, sem entender ironia e sem capacidade sequer para calcular troco. A renda média no futuro, segundo a executiva, pode ficar R\$ 1,2 mil menor quando comparada a de quem teve acesso. "Saneamento é dar o básico para que essas crianças possam se desenvolver e para que tenham um futuro melhor", argumenta.

SEM SANEAMENTO,

SEM COMIDA

Durante uma recente visita à cidade de São Paulo, o médico Nelson Arns Neumann, diretor da Pastoral da Criança, viu de perto uma realidade que o impactou profundamente. Ao caminhar por uma comunidade pobre, ele compartilhou uma experiência que revela as condições extremas que muitos brasileiros enfrentam diariamente.

"Quando a gente aparece lá, o pessoal vem normalmente pedir cesta básica ou ajuda com algum remédio", conta o médico. Porém, dessa vez, a resposta foi diferente. "A primeira coisa que me falaram naquela comunidade foi: não adianta cesta básica, não queremos. Não temos água para cozinhar, não temos água para lavar as mãos", relata.

Para o médico, essa falta de recursos básicos atinge um ponto de absoluta indignidade, em que o essencial para viver se torna inacessível. "É como se a falta de dignidade fosse absoluta. A pessoa não consegue nem fazer a própria comida quando tem o alimento", desabafa Neumann. "Na hora que você fica sem comida, sem a possibilidade de viver bem, sem higiene, não tem como você não perder a saúde."

Ele explica que, sem acesso à alimentação adequada e a condições mínimas de higiene, a saúde se deteriora rapidamente. "Nosso organismo precisa de um ambiente saudável, e não há hospital no mundo que consiga salvar alguém com a imunidade muito baixa, sem nutrição adequada", argumenta.

Para ele, a saúde de uma comunidade depende muito mais do que de apenas assistência médica: é sobre garantir um ambiente com condições básicas de saneamento e livre de pragas e doenças que atualmente são totalmente evitáveis. "Esse processo de ter saúde, de viver em um ambiente minimamente saudável, é essencial para combater e minimizar as doenças", observa Neumann.

Por isso, segundo o médico, saneamento é saúde e seria completamente injusto para com a sociedade o setor ter um aumento de carga tributária que dificultasse o acesso da população mais pobre ao sistema e inviabilizasse investimentos, sobretudo em áreas mais carentes.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Brasil gasta R\$ 2,2 bilhões em saúde com doenças evitáveis pelo saneamento básico

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1§ion=1>

IMPACTO DA FALTA DE SANEAMENTO NO BRASIL

[2021 A 2023]*

1 milhão de internações

Número de brasileiros hospitalizados em função de doenças relacionadas

210 mil óbitos

Total de mortes associadas a doenças evitáveis

R\$ 2,2 bilhões

Despesa anual do SUS com internações relacionadas

R\$ 25 bilhões

Valor que pode ser economizado com a universalização do saneamento no Brasil até 2040

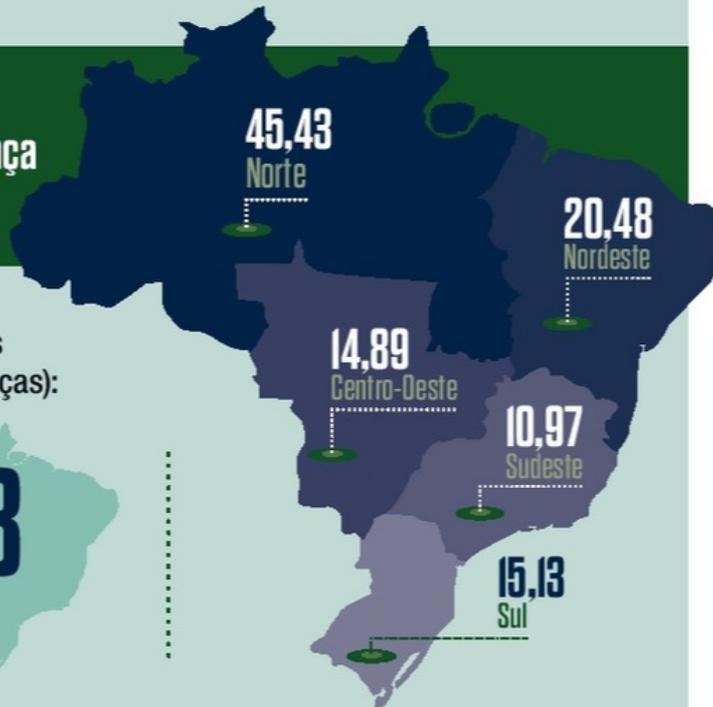
Sem água e esgoto, doença se espalha**

Incidência de diarreia (casos por 1 mil crianças):

18,48
Brasil

314 mil internações

Dado se refere apenas às crianças que foram hospitalizadas em função de doenças de veiculação hídrica e respiratória em 2022



FONTES: *LEVANTAMENTO SANEAMENTO É SAÚDE, DA ABCON SINDCON. **ESTUDO FUTURO EM RISCO: OS IMPACTOS DA FALTA DE SANEAMENTO NA VIDA DE GRÁVIDAS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DO INSTITUTO TRATA BRASIL.

Meta brasileira abre novo modelo de desenvolvimento

Daniela Chiaretti De Baku (Azerbaijão)

O compromisso climático brasileiro para 2035 desenha a arquitetura do que pode ser um novo modelo de desenvolvimento para o país, com redução de emissões de gases-estufa em todos os setores da economia.

A nova NDC do Brasil, divulgada sexta-feira em Brasília, foi entregue ontem, em Baku, a Simon Stiell, secretário executivo da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas, pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, chefe da delegação brasileira na COP 29.

O Brasil foi o segundo país a anunciar seu novo compromisso climático, depois dos Emirados Árabes Unidos. Os 194 signatários do Acordo de Paris devem entregar metas de redução de gases estufa mais ambiciosas que as anteriores até fevereiro. O Reino Unido anunciou sua nova meta na terça.

"Mais do que um número, um percentual, uma meta, temos aqui um novo paradigma para o desenvolvimento econômico e social do nosso país", disse ontem Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A NDC, a segunda do Brasil, estabelece uma meta de emissões entre 1,05 GtCO₂e e 0,85 GtCChe até 2035. Isso corresponde a uma redução de, respectivamente, 59% a 67% das emissões até 2035 em comparação aos níveis de 2005, o ano-base adotado pelo Brasil também em sua primeira NDC.

Pelas regras do Acordo de Paris, todos os países ao apresentarem seus novos compromissos de cortes de redução de gases-estufa têm que aumentar seu nível de ambição. No caso brasileiro, optou-se por uma meta em banda. Para monitorar o progresso futuro, o limite superior (59% abaixo dos níveis de 2005, ou 1,05 Gt-CChe), servirá como referência.

"A meta de redução de 67% é altamente ambiciosa e o fato de ser apresentada em banda não significa que o foco não seja a redução de 67%", disse a ministra Marina Silva.

O detalhamento da NDC tem 45 páginas. "A Contribuição Nacionalmente Determinada [NDC] do

Brasil para o Acordo de Paris estabelece a visão do país para 2035. Uma visão de um país que reconhece a crise climática, reconhece a urgência de construir resiliência e traça um roteiro para um futuro de baixo carbono para sua sociedade, sua economia e seus ecossistemas. Nela, o Brasil se imagina daqui a uma década, unindo sociedade, setores econômicos e entes federativos para realizar o Pacto Nacional pela Transformação Ecológica, com base na equidade, na ciência e no conhecimento ancestral", começa o texto.

Foi o diplomata Túlio Andrade, chefe da Divisão de Negociações Climáticas do Ministério das Relações Exteriores, quem concebeu a estrutura e redigiu a NDC, com base na melhor ciência disponível e considerando a complexidade e tensões do mundo atual. O compromisso apresenta uma visão do país para o futuro.

A meta abrange todos os gases do efeito-estufa e todos os setores da economia e está baseada no Plano de Transformação Ecológica, na justiça climática, na redução das desigualdades, em zerar o desmatamento. A ideia é inspirar outros países em desenvolvimento como China, Índia, África do Sul e México, a assumirem metas para o conjunto da economia. O Plano Clima, que está sendo formulado, é o instrumento fundamental para a implementação da NDC.

Algo pioneiro na NDC brasileira é que ela transforma um documento oficial, de compromissos, em uma plataforma de investimentos para canalizar recursos externos para o país, tanto em tecnologia como em financiamento.

A NDC é um processo de articulação dos mecanismos e instrumentos financeiros lançados pelo governo Lula e inseridos no Plano de Transformação Ecológica, na Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos (BIP), na taxonomia brasileira que será lançada este ano, nos títulos soberanos sustentáveis e até em elementos da **reforma tributária**. O compromisso do Brasil revela a dinâmica conjunta dos ministérios do Meio Ambiente, Fazenda e Relações Exteriores.

De maneira inédita, também, menciona a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas de energia "de maneira justa, ordenada e equitativa, com os países desenvolvidos assumindo a dianteira".

"A nova meta climática do Brasil mostra que o país está pronto para enfrentar a crise climática de frente, desde que se esforce para atingir o limite mais alto de sua meta de redução de emissões", disse Karen Silverwood, diretora climática do WRI Brasil em nota. "Cortar as emissões em 67% até 2035 poderia colocar o Brasil em um caminho para atingir zero emissões líquidas até 2050. Para chegar lá, são necessárias políticas domésticas ousadas para interromper o desmata-mento e promover a restauração, descarbonizar o setor de energia e fomentar a indústria verde."

Karen Silverwood segue: "Por outro lado, se o Brasil atingir apenas o limite inferior de sua meta de redução de emissões, o país ficará muito longe de cumprir suas metas climáticas. Como anfitrião das negociações climáticas do ano que vem, o presidente Lula tem a responsabilidade de liderar pelo exemplo e mirar alto."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1§ion=1)**

PEC que reduz jornada de trabalho consegue assinaturas

ANA MENDONÇA

A deputada federal Erika Hilton (Psol-SP) anunciou ontem que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho no país de 44 para 36 horas semanais alcançou as 171 assinaturas, quantidade mínima para iniciar a tramitação na Câmara dos Deputados.

"Graças à mobilização da sociedade, em todo o Brasil, ultrapassamos as 171 assinaturas necessárias para protocolar a PEC contra a escala 6x1 e já nos aproximamos de 200 signatários e coautores", escreveu a parlamentar na rede social X pela manhã. À tarde, o número de assinaturas subiu para de 193 para 216.

A proposta de nova jornada é de autoria do vereador eleito do Rio de Janeiro Rick Azevedo (Psol-RJ), que lidera o movimento VAT (Vida Além do Trabalho), e será encampada por Erika Hilton, que vai apresentá-la ao Congresso.

Durante uma coletiva de imprensa no fim da tarde, Erika Hilton afirmou que a redução não é apenas da esquerda. "Essa não é uma discussão ideológica. É uma discussão do país que tem unido, nesta Casa que anda tão dividida, direita, centro e esquerda", disse.

Mesmo antes de ser apresentada, a PEC já causa forte reação, como na indústria e o comércio em Minas Gerais. Na terça-feira, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fie-mg) manifestou preocupação com a proposta. A entidade sustenta que a medida teria impactos na economia, estimando perda de R\$ 85 bilhões para a indústria e de R\$ 38 bilhões para os setores produtivos do país.

"A redução da carga de trabalho conforme prevê a proposta em debate também provocaria um aumento de custos para as empresas, uma vez que, para manter a mesma escala de produção e atender à demanda de serviços durante toda a semana, muitas empresas precisarão contratar novos empregados, aumentando os seus custos operacionais", afirma a entidade.

A Fiemg apontou também possíveis reflexos na **inflação**, porque a elevação dos custos das empresas seria repassado aos consumidores por meio da

ampliação dos preços de produtos e serviços. "Essa pressão sobre os preços pode ter impacto direto na **inflação**, encarecendo ainda mais o custo de vida dos cidadãos e reduzindo o poder de compra dos trabalhadores. E em um cenário de **inflação** alta e menor poder de compra, pode ser necessário que os trabalhadores complementem suas rendas assumindo novos trabalhos durante os dias de folga", declarou.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG), também em notas, repudiou a PEC. Para a entidade, reduzir a jornada sem cortar salários "implica diretamente aumento dos custos operacionais das empresas". Para o presidente da Fecomércio, Nadim Donato, qualquer mudança na legislação trabalhista tem que ser amplamente analisada em relação aos impactos econômicos e sociais. "Entendemos que as pequenas e médias empresas jamais conseguirão trabalhar com seus funcionários 36 horas. Essa mudança terá consequências graves, fazendo com que elas fechem as portas. Essas empresas representam 92% do empresariado mineiro", disse.

cleitinho x nikolas

O senador Cleitinho Azevedo (Republica-nos-MG) e o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), ambos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e frequentemente vistos como representantes da direita em Minas

Gerais, protagonizaram um desentendimento nesta semana. Apesar de compartilharem visões semelhantes em várias pautas políticas, os dois vêm se distanciando especialmente sobre a fiscalização da máquina pública e questões trabalhistas.

O conflito começou com o debate sobre a PEC da deputada Erika Hilton. Cleitinho Azevedo, um dos nomes mais influentes da direita mineira, manifestou apoio à proposta, defendendo a necessidade de mudanças na legislação que, segundo ele, deveria também incluir a redução de **impostos** para empresários.

"Tem que acabar com essa escala de 6x1. Estão questionando o texto na Câmara, então, é preciso mudar esse modelo, mas também diminuir os **impostos** para o empresário", afirmou o senador, em

discurso combativo, característico de seu estilo direto, na tribuna da Câmara, na noite de segunda-feira.

O senador concluiu seu discurso pedindo que o Congresso discuta medidas concretas para melhorar as condições de trabalho no país e criticou a classe política por não agir em favor dos trabalhadores.

Já Nikolas Ferreira se posicionou contra a PEC e criticou duramente a mudança sugerida. Defensor do modelo de trabalho atual, o deputado federal considerou a proposta populista e insustentável. Disse que a mudança poderia resultar em consequências indesejáveis, como a "escala 0x0".

"O pessoal do Psol quer impor a escala 4x3. Cuidado com essas medidas populistas, porque logo estaremos trabalhando zero dias e ganhando zero reais", ironizou o parlamentar.

A divergência de opiniões entre Cleitinho e Nikolas sobre a jornada de trabalho não é um fato isolado. Embora ambos apoiem Jair Bolsonaro e compartilhem visão conservadora, suas trajetórias políticas têm se mostrado cada vez mais distantes em alguns aspectos.

Cleitinho, ex-vereador em Divinópolis, Centro-Oeste de Minas, e agora senador, se destaca por seu discurso contra o establishment político e pela demanda por mais transparência no Congresso Nacional. Nikolas, consolidou sua imagem como defensor da agenda conservadora e de pautas mais rígidas, geralmente de costumes, alinhadas ao PL ea Bolsonaro. Ambos são cogitados como possíveis candidatos ao governo de Minas em 2026. Enquanto Cleitinho se posiciona como liderança crescente, Nikolas segue fortalecendo sua influência na Câmara. (Com agências)

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

COP29: Brasil tem nova meta

O vice-presidente Geraldo Alckmin apresentou oficialmente, ontem, a nova meta brasileira de redução da emissão dos gases do efeito estufa (GEEs) de 59% para 67% em 2035. Representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no terceiro dia da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as Mudanças Climáticas, a COP29, que ocorre em Baku, no Azerbaijão, Alckmin reforçou o compromisso do governo em cumprir com rigor os objetivos climáticos previstos na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC na sigla em inglês).

Nesse documento, cada país para reduzir emissões e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas. Alckmin afirmou que a meta entregue pelo Brasil é "ambiciosa, mas também factível".

"O Brasil sai de um modelo negacionista, para a liderança e protagonismo no combate às mudanças climáticas", declarou o vice-presidente.

Além de reunir um resumo de políticas públicas que se somam para viabilizar as metas propostas na NDC, como o Plano de Transformação Ecológica, o documento também detalha por setor da economia brasileira, as ações que vêm sendo implementadas no país para que as emissões de gases do efeito estufa sejam mitigadas.

O compromisso assumido pelo Brasil significa uma redução de emissões entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO2 equivalente a ser alcançada nos próximos 11 anos. Foi incluída no documento a proposta de fazer a transição energética, com redução do uso de combustíveis fósseis. O governo também citou a intenção de investir em novas tecnologias.

Apesar das considerações do governo, ambientalistas avaliaram a nova meta como pouco ambiciosa diante da intenção das autoridades brasileiras de protagonizar o debate climático global.

Os números decepcionaram organizações da sociedade civil, que esperavam uma meta mais precisa.

Para entidades, o documento não atende aos cortes necessários estabelecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) para que o mundo consiga manter a média de aquecimento da temperatura global em 1,5°C.

Acordo de Paris A proposta enviada por elas ao governo brasileiro, em agosto passado, indicava que o Brasil deveria emitir 200 milhões de toneladas líquidas de CO2 equivalente, se o país realmente quisesse cumprir o limite de aquecimento estabelecido pelo Acordo de Paris.

"Esses números estão desalinhados com a contribuição justa do Brasil para a estabilização do aquecimento global. Também estão desalinhados com os diversos compromissos públicos já adotados pelo governo, bem como com a promessa do Presidente da República de zerar o desmatamento no país", argumentou o Observatório do Clima.

Em resposta às críticas, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que, apesar do intervalo, a ideia é chegar ao objetivo mais ambicioso possível e reafirmou o compromisso de atingir o desmate zero até o fim desta década. "A banda (intervalo) é tão somente para ter ali um processo que assimile possíveis variações.

Como a inflação, é em bandas, mas o que se quer é controle da inflação", disse.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6647/14-11-2024.html?all=1>

Haddad afirma que pacote terá valor "expressivo"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o valor do pacote de corte de gastos que está em elaboração pelo governo será "expressivo" e reforçará o conceito de que todas as despesas devem, na medida do possível, ser incorporadas ao que prevê o arcabouço fiscal.

Questionado se isso significa que essas despesas devem seguir a regra geral do arcabouço, que limita o crescimento dos gastos a 2,5% ao ano acima da **inflação**, Haddad respondeu que devem "seguir a mesma regra ou alguma coisa parecida com isso". "Mas que atende exatamente o mesmo objetivo", disse o ministro, que não quis antecipar detalhes do pacote.

O pacote deve incluir a adequação da política do aumento do salário mínimo ao arcabouço fiscal.

Em junho, o jornal O Estado de S.Paulo revelou que um "cardápio" de medidas com essa trava de 2,5% estava em preparação para ser apresentado ao presidente Lula, logo após um forte movimento de alta da moeda americana.

Quatro meses depois, as propostas amadureceram e estão próximas do anúncio.

Haddad foi questionado sobre a inclusão ou não de mudanças no seguro-desemprego, mas respondeu que não responderia a pontos específicos sobre o que será anunciado pelo governo e nem adiantaria o volume do impacto fiscal das medidas.

"Quando chegar a data eu vou anunciar em detalhes, mas o espírito geral, vocês já conhecem, que é algo que eu estou defendendo muito antes dos debates com os ministérios começarem. A ideia de que para o arcabouço fiscal dar certo, ele tem que ser reforçado num segundo momento", afirmou o ministro a jornalistas após se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

"Tinha a regra geral que foi estabelecida no ano passado e agora aquilo que está saindo da regra geral, nós temos que procurar colocar dentro desse mesmo guarda-chuva, para que ele seja sustentável no tempo. Esse é o princípio", afirmou.

Haddad afirmou que não sabe se haverá tempo hábil para o anúncio das medidas nesta semana ou se

ficará para a próxima.

"Hoje [ontem] nós ainda temos uma reunião com o presidente, mas eu não sei se há tempo hábil [para anúncio]". Se o presidente autorizar, anunciamos. Mas o mais importante, assim que ele der a autorização, nós estamos prontos para dar publicidade aos detalhes", respondeu.

Ele disse que aproveitou seu encontro com Lira para levar o conceito e as contas das medidas que estão sendo gestadas pelo governo e uma visão geral das contas que estarão no conceito de adequação ao arcabouço fiscal. A sinalização de Lira é de que fará todo o esforço necessário para que o projeto seja votado neste ano.

"O presidente (da Câmara, Arthur Lira) conhece muito bem o arcabouço, foi negociado com ele. Ele praticamente foi um correlator para conseguir angariar apoio e substituir o teto de gastos por algo que fosse mais sustentável no tempo. E ele sabe que pela dinâmica das despesas, se nós não conseguimos colocar cada rubrica dentro da mesma lógica, fica difícil sustentar o arcabouço no tempo", disse Haddad.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18303>

Senado aprova texto-base do projeto sobre emendas

GABRIEL HIRABAHASI BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, por 46 votos a 18, o texto-base do projeto de lei com novas regras para o uso de emendas parlamentares - recursos do Orçamento indicados por deputados e senadores e utilizados para a realização de obras e projetos em seus redutos eleitorais.

O projeto é de autoria do deputado Rubens Pereira Jr.

(PT-MA), e foi relatado pelo senador Angelo Coronel (PSDBA), relator também do Orçamento do ano que vem. Coronel fez mudanças no texto aprovado pelos deputados; com isso, ele voltará para a Câmara depois que os senadores tiverem analisado o projeto de forma definitiva.

O projeto de lei garante crescimento real (acima da **inflação**) para as emendas impositivas (individuais e de bancada), com limite de aumento de até 2,5% ao ano, o mesmo teto do arcabouço fiscal. Além disso, concede R\$ 11,5 bilhões para as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, com correção do valor pela **inflação** nos próximos anos.

O projeto é uma tentativa dos parlamentares de destravar as emendas, cujo pagamento está suspenso desde agosto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) - que exigiu mais transparência no uso dos recursos.

Entidades que trabalham pela transparência de informações públicas, porém, criticam o projeto, afirmando que ele não resolve os problemas de transparência e equidade na divisão dos recursos.

O projeto permite que as emendas de comissão sigam sendo distribuídas secretamente para deputados e senadores.

Líderes passam a ser oficialmente os responsáveis por assumir a indicação do recurso, mas não terão o compromisso de revelar o nome dos congressistas beneficiados individualmente, contrariando uma exigência do STF.

No caso da emenda Pix, o parlamentar e o município terão de dizer onde o dinheiro será usado, o que hoje não ocorre, mas não há obrigação de prestação de contas depois que a verba for gasta, descumprindo

outra determinação do STF.

Além disso, não há proibição de o deputado ou senador mandar dinheiro para outro Estado, diferente daquele pelo qual foi eleito.

O ministro Flávio Dino, relator dos processos que questionam os repasses no STF, será responsável por avaliar se as exigências foram cumpridas.

Retorno

Como houve modificações no texto aprovado pelos deputados, projeto voltará para a Câmara

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A utopia e o fim do regime 6X1 - CELSO MING

CELSO MING

A proposta de redução da jornada de trabalho a 36 horas semanais vai produzindo um montão de espuma com pouca possibilidade de substância.

A ideia da deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP) é aprovar Projeto de Emenda da Constituição (PEC), que já contaria com 194 assinaturas (apoio de mais de 1/3 da Casa Legislativa) para protocolar a proposta. Instituiria o regime obrigatório de duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias por quatro dias por semana, sem redução dos salários.

Hoje, a Constituição define uma jornada de trabalho não superior a oito horas diárias por seis dias na semana. É a escala 6X1, ou seis dias trabalhados com um de descanso, que seria revogada pela PEC, se aprovada.

Essa PEC prevê uma jornada de 36 horas semanais. Mas não explica como se pode chegar a essas 36 horas com o equivalente a não mais que 8 horas diárias e a não mais que quatro dias de trabalho por semana, o que dá 32 horas, e não as 36. Nenhum país europeu, continente mais avançado na legislação trabalhista, prevê jornada tão baixa. A Holanda, país mais à frente, adotou jornada de 32,2 horas semanais.

A proposta pressupõe que mão de obra com mais qualidade de vida propiciaria tal melhora da produtividade que compensaria o aumento de custos das folhas de pagamentos.

Os sindicatos adoraram a proposta, não só porque pouparia esforço ao trabalhador, mas, também, porque obrigaria muitos setores da economia a aumentar as contratações.

É possível que grandes empresas tivessem certa facilidade para se ajustar a essa mudança, como já vem acontecendo em experimentações.

Poderiam, também, aumentar a automatização e terceirizar boa parte de sua produção.

Outro desdobramento provável é que o segmento dos trabalhadores por aplicativos passe a ter novas e rentáveis oportunidades que substituiriam a mão de obra demitida.

Mas, para alguns setores, a substituição do regime 6X1 seria proibitiva. Comércio varejista, construção civil, o ramo dos hotéis, bares e restaurantes, mais a grande maioria das pequenas e médias empresas passariam a enfrentar enorme sobrecarga nos seus custos. Pode-se prever impacto equivalente também no setor financeiro, mesmo depois que os bancos transferiram para o cliente, via aplicativos, serviços que antes eram feitos pelos seus funcionários. Parece inevitável o aumento das contratações informais, fora do guarda chuva da CLT, hoje equivalentes a 38% da força de trabalho.

Outro efeito imediato seria o avanço da **inflação**, inevitável diante do aumento dos custos de produção e comercialização.

Mais **inflação** exigiria nova bateria de alta dos juros e sabe-se lá qual não seria o impacto sobre o câmbio, sobre a arrecadação e sobre as receitas da **Previdência Social**.

Provavelmente, no futuro, cuja distância ninguém hoje está em condições de avaliar, a realização dessa utopia venha a ser possível. Mas hoje é coisa pra ir pro fundo de uma gaveta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Corte de gastos passa por discussões sobre emendas parlamentares

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está sem pressa para apresentar e aprovar as medidas de corte de gastos e ajuste fiscal, com sinais de que o risco de desidratação do pacote diminuiu e que o governo quer apresentar um conjunto de ações estruturais - e não apenas um pente-fino em benefícios e combate a fraudes. A negociação com o Congresso, no entanto, passa antes pelas emendas parlamentares, suspensas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Lula deve deixar o anúncio do pacote para depois da cúpula do G-20, que acontece na semana que vem, no Rio. Integrantes do governo e observadores do mercado avaliam que a aparente "demora" tem um elemento positivo, pois ocorre na esteira de conversas para convencer ministros de áreas afetadas e da convicção de que o Executivo apresentará algo que traga previsibilidade para os gastos de médio e longo prazos.

Lula se reuniu na manhã de ontem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG).

Na reunião, também estavam o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), e o líder do governo interino no Senado, Otto Alencar (PSDBA).

À tarde, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (mais informações nesta página).

A conversa entre Lula e Pacheco se concentrou em temas que pavimentam a eleição de Alcolumbre para a presidência do Congresso, incluindo as emendas parlamentares; as indicações para agências reguladoras, atualmente travadas; e um projeto em gestação na AGU para mexer na composição e na competência desses órgãos, cujas aprovações passam pelo Senado.

O governo conseguiu incluir parte do pacote de ajuste fiscal na proposta das emendas, limitando o crescimento dos recursos indicados por parlamentares no Orçamento da União a 2,5% de ganho real (acima da **inflação**) - mesmo limite de despesas do

arcabouço fiscal - no caso das emendas impositivas (obrigatórias) e a R\$ 11,5 bilhões com ajuste apenas pela **inflação** no caso das emendas de comissão.

Por outro lado, as emendas terão crescimento maior do que outras despesas do governo federal e o recurso das comissões terá de ser cortado de algum lugar, sacrificando despesas de custeio da máquina pública ou do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

A suspensão das emendas pelo STF, no entanto, irrita os parlamentares, que ameaçam retaliar o governo na análise do Orçamento de 2025. Articuladores políticos reconhecem que o tema atrapalha a votação de outras propostas e até as conversas sobre o pacote de cortes de gastos, pois avaliam que só depois da solução do impasse envolvendo as verbas orçamentárias será possível falar em contenção de despesas e negociar aprovação das medidas.

Limites das emendas

2,5% é o limite proposto para o crescimento dos recursos indicados por parlamentares em emendas impositivas

R\$ 11,5 bi é o limite para as emendas de comissão

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Com alterações, Senado aprova projeto que cria mercado regulado de carbono

GABRIEL HIRABAHASI BRASÍLIA BEATRIZ BULLA SÃO PAULO

O Senado aprovou ontem projeto de lei de regulamentação do mercado de crédito de carbono no País. A votação do texto-base foi simbólica - ou seja, sem o registro do voto de cada parlamentar.

Os senadores aprovaram um único destaque, por 52 votos a 16, para acrescentar um dispositivo que beneficia o setor do saneamento, que terá menos controle de emissão.

O projeto agora volta à Câmara dos Deputados para que as alterações feitas pelo Senado sejam avaliadas. A votação pelos senadores ocorreu depois de meses de negociação entre Câmara e Senado, tanto do ponto de vista de tramitação quanto em relação ao mérito do texto. As modificações passaram por negociação principalmente com o relator do projeto na Câmara, Aliel Machado (PV-PR).

A proposta tem como premissa básica estabelecer um limite para as emissões de gases estufa por algumas empresas.

O texto define o que chama de mercado regulado, ou seja, aquele em que essas companhias serão listadas. Elas terão limite de emissões estabelecido pelo Estado. A proposta também disciplina o mercado voluntário de carbono - em que não há obrigação de compensar as emissões, com regras criadas pelas companhias.

A emissão de poluentes pode ser compensada com créditos adquiridos, por exemplo, de outras empresas que plantam árvores.

COMO VAI FUNCIONAR. A proposta aprovada traz um sistema de comércio de emissões de gases semelhante ao adotado na União Europeia. Esse sistema se baseia no mecanismo de cap and trade (limite e comércio, em inglês), em que são estabelecidas cotas de emissões para os entes regulados (empresas, por exemplo).

Quem emitir menos toneladas de CO₂ que sua cota pode vender a diferença para quem ultrapassou seu limite.

As empresas que estarão sujeitas ao mercado regulado serão aquelas com emissões de gases de efeito estufa acima de 25 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq) por ano.

Depois de analisada de novo pela Câmara, a proposta irá para sanção presidencial. Na sequência, será necessário trabalhar na regulamentação da nova lei. Na fase de implementação, as empresas terão apenas de reportar suas emissões, não sendo obrigadas a limitá-las.

GERENCIAMENTO. Pelo texto aprovado, o mercado regulado será gerido pelo Estado, que definirá metas de redução e critérios a serem observados para que as empresas cumpram os objetivos. Já o mercado voluntário não tem uma padronização definida pelo Estado, mas pelas empresas privadas, que estabelecem suas próprias metas e buscam créditos de carbono para compensar suas emissões.

O mercado regulado será vinculado ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), com a geração e a compensação de créditos por emissões de gases poluentes. Haverá cotas brasileiras de emissão (CBE) e certificados de redução ou remoção verificada de emissões (CRVE), cada cota deles representando uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂ e).

AGRONEGÓCIO. O agronegócio conseguiu, na Câmara dos Deputados, ser incluído no mercado voluntário. Um dos argumentos do segmento é de que as formas para medir a emissão de carbono na atividade pecuária, por exemplo, são difíceis de serem mensuradas e de que os países que adotam esse mercado não incluem a agricultura nesse mercado regulado.

A nova versão do relatório da proposta também manteve uma mudança feita na Câmara para que o agronegócio possa gerar créditos de carbono por meio da manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APP), de reservas legais e de áreas de uso restrito. A alteração foi uma sugestão da bancada ruralista na Câmara e beneficia o setor, já que permite a geração de créditos de carbono em áreas que já deveriam ser preservadas de qualquer forma.

A relatora também estabeleceu que 75% dos recursos

do SBCE sejam destinados ao Fundo Clima. O texto estabelece que 15% devem ser destinados à manutenção do SBCE e que 5% sejam direcionados como compensação aos povos indígenas pela conservação da vegetação nativa.

Modelo Proposta aprovada traz um sistema de comércio de créditos semelhante ao da União Europeia (UE)

Saiba mais !

Proposta quer reduzir emissões de poluentes

I Quanto pode movimentar

O mercado de carbono em 2023 foi de cerca de US\$ 75 bilhões (R\$ 435 bilhões) em todo o mundo. No Brasil, o Ministério da Fazenda estima que, até 2040, o **PIB** possa ter um incremento de 5,8%

I O que são os créditos

Os créditos de carbono são um sistema de compensação de emissões de dióxido de carbono na atmosfera que, na prática, transformam o CO2 em uma commodity, visando incentivar a descarbonização e impulsionar ações que ajudem a combater o aquecimento global. Além disso, essa é uma das formas de as empresas atingirem as suas metas de redução de emissões de carbono

I Mercado voluntário

O valor monetário de cada crédito de carbono depende do mercado no qual ele está sendo negociado: regulado ou voluntário. Atualmente, o Brasil conta apenas com o mercado voluntário, onde as empresas ou outras entidades podem adquirir créditos para cumprir com os compromissos de mitigação voluntários

I Nova legislação

A lei aprovada ontem pelo Senado, que ainda depende de nova análise da Câmara, cria o mercado regulado, que será vinculado ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) - um cadastro de empresas poluidoras

I Emissões

A proposta básica do texto aprovado ontem tem como premissa básica estabelecer um limite para as emissões de gases estufa por algumas empresas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad discute "conceito" do corte de gastos com Lira

Guilherme Pimenta, Gabriela Pereira, Lu Aiko Otta, Camila Zarur, Renan Truffi e Fabio Murakawa De Brasília e Rio

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou nesta quarta-feira (13) as linhas gerais do pacote de ajuste das despesas ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Segundo Haddad, conversaram sobre o "conceito" do conjunto das medidas. Disse ainda que não sabe se haverá tempo para anunciar as propostas nesta semana.

De acordo com o ministro, o presidente da Câmara sinalizou o esforço necessário para apreciar as medidas, quando questionado sobre se elas podem ser aprovadas ainda neste ano.

Nos últimos dias, interlocutores do Palácio do Planalto têm afirmado que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende apresentaras medidas aos chefes das duas Casas do Legislativo. Ontem, Lula se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"Dei uma visão geral das contas que estarão dentro deste conceito. O presidente Lira conhece muito bem o arcabouço fiscal, foi negociado com ele, foi praticamente um correlator, e ele sabe que, pela dinâmica das despesas, se não conseguirmos colocar cada rubrica na mesma lógica, fica difícil sustentar o arcabouço no tempo", contou.

O ministro também confirmou que a equipe econômica se reuniu com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, para que a pasta participe do esforço de ajuste nas contas públicas.

" Para o arcabouço dar certo, precisa ser reforçado num segundo momento" Fernando Haddad

"Vamos ver se conseguimos incluir mais algumas medidas além das já pactuadas", disse o ministro aos jornalistas na chegada do Ministério da Fazenda.

Haddad não quis antecipar que medidas farão parte do pacote e disse apenas que as propostas têm foco na "dinâmica dos gastos" e que o plano será "expressivo", para que as rubricas das despesas se encaixem nos limites do arcabouço fiscal. Ele afirmou ainda que o gasto tributário vai continuar a ser analisado pela

equipe econômica.

"Mais importante é o conceito para estabelecer essa ideia, que todas as rubricas, à medida do possível, devem ser incorporadas à essa visão geral do arcabouço para que ele seja sustentável no tempo", confirmou.

Assim, as medidas seguiriam as mesmas regras de expansão, de um crescimento além da **inflação** de no máximo 2,5%, ou "alguma coisa parecida com isso", segundo o ministro da Fazenda.

Questionado reiteradas vezes sobre alterações nas regras do se-guro-desemprego e mudança no crescimento real do salário mínimo, o ministro se limitou a dizer que as medidas serão anunciadas assim que autorizado por Lula.

Cálculos do governo indicam que a revisão da política de valorização do salário mínimo pode representar uma economia de aproximadamente R\$ 11 bilhões para os cofres públicos entre 2025 e 2026. Se essa proposta for aprovada, o salário mínimo continuaria sendo reajustado a partir da **inflação**, mas teria como limite de crescimento o percentual de 2,5%, mesmo patamar em vigor para outras despesas da União - hoje, como é considerado o **PIB** de dois anos antes, o reajuste do mínimo pode ultrapassar esse percentual.

"O espírito geral vocês já conhecem, que é o que eu defendo muito antes do debate com os ministérios. Para o arcabouço dar certo, ele precisa ser reforçado num segundo momento", comentou.

Além de se reunir com integrantes da Defesa, a equipe econômica apresentou o quadro fiscal a outras pastas. Ontem, Haddad disse que os demais ministros reagiram "de várias maneiras" às medidas, mas "compreenderam a necessidade de termos sustentabilidade nos próximos anos". "Se depender de mim, essa arquitetura será de longo prazo no Brasil", falou.

O ministro de Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou que prevê uma economia no orçamento do Bolsa Família para ano que vem de cerca de R\$ 2 bilhões. A pasta não faz parte do plano de cortes de gastos. No entanto, Dias afirma que é possível ter um redução no programa social sem que haja impacto

para os beneficiários.

De acordo com o ministro, essa economia já ocorreu entre o ano passado e este e se deu por um pente-fino para identificar fraudes no cadastro, além de uma redução de beneficiários que aumentaram de renda e, por isso, deixaram de ser atendidos pelo programa.

"A gente tinha um orçamento de R\$ 175 bilhões para o Bolsa Família, em 2023. Fechamos o ano em R\$ 168 bilhões. Por quê? Eficiência. Temos garantia de que em 2025, assim como este ano, vamos novamente reduzir. Vamos chegar a perto de R\$ 166,5 bilhões. Cerca de R\$ 1,5 bilhão, R\$ 2 bilhões de economia", afirmou durante visita ao Rio de Janeiro, nesta quarta (13).

A discussão sobre o corte de gastos causou embates. O PT chegou a endossar um manifesto contrário à cobrança por corte de gastos. Ontem, a presidente nacional do partido, deputada Gleisi Hoffman (PR), usou as redes sociais para negar que o manifesto seja contrário à equipe econômica. Na visão de Gleisi, o que ela fez foi se posicionar contra o que chamou de "pressões indevidas" do "mercado e sua mídia" para que o governo faça um ajuste fiscal nas políticas e programas sociais.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041?page=1§ion=1)**

Haddad ameniza piora de ativos

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Arthur Cagliari, Bruna Furlani e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

O pregão de ontem caminhava para encerrar mais um dia com os ativos domésticos sob forte estresse, mas declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre cortes de gastos conseguiram provocar certa decompressão nos prêmios de risco perto do fim da sessão. Depois de superar os R\$ 5,80 na máxima do dia, o dólar comercial encerrou com alta de 0,36%, negociado a R\$ 5,7904.

Houve algum alívio também nos juros futuros, que terminaram a sessão distante das máximas intradiárias. As falas de Haddad, porém, não foram suficientes para impedir o aumento das taxas domésticas, que subiram nos vértices curtos e intermediários da curva a despeito de um ambiente externo mais benigno.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 fechou em leve alta, de 13,18% do ajuste da véspera para 13,21%; e a do DI de janeiro de 2027% subiu de 13,34% a 13,36%.

O Ibovespa, depois de flertar com os 126.869 pontos na mínima do dia, terminou a sessão perto da estabilidade, com alta de 0,03%, aos 127.734 pontos.

Ontem, o titular da Fazenda apresentou as medidas em estudo pelo governo ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Liram (PP-AL), que sinalizou que fará "todo o esforço necessário" para aprovar o ajuste fiscal no Legislativo, segundo Haddad.

Ainda que o mercado tenha reduzido significativamente o estresse após as declarações, o sentimento entre boa parte dos economistas ainda é de ceticismo quanto ao potencial do pacote para solucionar as fragilidades fiscais do Brasil.

"Acho estranho que, a essa altura, o mercado alimente alguma expectativa de que vai ter alguma correção de rota relevante", diz Lu-ciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos. Para ele, o atraso no anúncio das medidas de ajuste é um sinal de que esta não é uma prioridade do governo, que está pressionado por conta da depreciação do real, mas cuja intenção de cortar despesas "é baixa".

Visão parecida é defendida pelo sócio e gestor da Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini. "O tamanho e a composição vão ser o mais importante dentro do

pacote. Mas não há muito otimismo. Vão fazer o necessário e empurrar com a barriga." A sessão também foi marcada por problemas técnicos com o leilão de linha anunciado pelo Banco Central, que atrasaram os certames em duas horas, conforme explicou a autoridade monetária.

Os participantes do mercado ficaram atentos por ser a primeira intervenção desse tipo em quase dois anos. De todo modo, o BC aceitou as dez propostas nos dois certames e vendeu os US\$ 4 bilhões ofertados, com objetivo de recompra em abril e julho de 2025.

O leilão de linha, ou leilão de venda com compromisso de re-compra (já que o BC estabelece a data em que vai comprar novamente os dólares), é aquele em que a autoridade monetária oferece como se fosse um "empréstimo" de dólares para os bancos e outras instituições financeiras.

Operadores e tesoureiros explicam que o impacto é sobre o cupom cambial (taxa de remuneração dos investidores em dólar somada ao risco Brasil), e não sobre o nível da moeda. Uma pressão baixista no cupom (que ocorre com a intervenção do BC) aumenta o risco do investidor ficar comprado em dólar, o que pode vir a se refletir no mercado de câmbio. "Mas, diretamente, essa operação não envolve risco cambial", diz o chefe da mesa de câmbio do Itaú BBA, Ronnie Germiniani. "Estamos falando de risco de juros e, neste caso, juros em dólar. A linha veio para suprir a necessidade dos bancos de ter dólar "spot" para evitar a pressão do cupom, e não para alterar o nível do dólar. E, nesse caso, o BC atuou corretamente." No exterior, o índice de preços ao consumidor (CPI) nos Estados Unidos veio em linha com as estimativas de consenso dos agentes. Ainda que o número tenha avançado no acumulado de 12 meses, havia o temor entre participantes do mercado de uma leitura ainda mais alta da **inflação** americana. Assim, após a divulgação, os juros dos Treasuries de curto prazo caíram e o mercado ampliou as apostas em um corte de juros de 0,25 ponto pelo Federal Reserve (Fed) em dezembro. A chance de um corte saltou de 58,7% para 82,5%, segundo dados do CME Group. O juro da T-note de dois anos caiu de 4,363% para 4,294%. Apesar disso, houve pouco fôlego para estender o rali nas bolsas de Nova York. O S P 500 fechou em alta de 0,02%; o Dow Jones subiu 0,11%; e o Nasdaq recuou 0,26%.

0,36% foi a alta do dólar comercial, para R\$ 5,7904

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041>

BC faz intervenção em cupom cambial

Montante dos leilões, em bilhões de US\$, por ano



Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor

Galípolo fala em decisão "reunião a reunião" sobre juro

Gabriel Shinohara De Brasília

Após a publicação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom), o diretor do Banco Central (BC) Gabriel Galípolo afirmou ontem que a posição no momento é de consumir dados e decidir "reunião a reunião", sem dar uma orientação de passos futuros. O Copom elevou a taxa básica de juros, a Selic, de 10,75% para 11,25% ao ano na semana passada.

Futuro presidente do BC e atual diretor de política monetária, Galípolo ecoou a estratégia que já estava na própria ata, que citava as "incertezas" para justificar a decisão de acompanhar os cenários ao longo do tempo.

Durante evento promovido pelo Bradesco Asset Management, Galípolo destacou que esse é um cenário visto em vários países.

"Este nível de incerteza recomenda que, a exemplo do que está acontecendo na maior parte das autoridades monetárias ao redor do globo, a gente vá analisar reunião a reunião esses dados, vamos acompanhando sem oferecer nenhum tipo de guidance, nem estabelecer relação mecânica com nenhuma das outras variáveis", disse.

O diretor do BC ainda voltou a destacar o compromisso em perseguir a meta de **inflação**, que é de 3% para este ano e para os próximos. "É inegociável", disse.

Entre os fatores que serão acompanhados nos próximos meses com atenção pelo Copom, Galípolo citou o mercado de trabalho apertado e a atividade econômica forte, que já vinham sendo mencionados.

Questionado sobre a atuação do BC no câmbio, depois do leilão de linha de US\$ 4 bilhões promovido ontem, Galípolo citou a questão do cupom cambial, que se refere ao juro brasileiro em dólar. "Tem uma questão de sazonalidade. Usualmente no final do ano você costuma ter uma demanda adicional que costuma provocar um pouco de estresse no cupom", disse.

O diretor ressaltou que no ano passado os bancos estrangeiros arbitraram o cupom e fizeram o papel que o BC fez em anos anteriores. "Dessa vez por questões

regulatórias, inclusive de capital, a gente não viu esses bancos exercerem esse papel".

Galípolo então afirmou que o BC está atento às "disfuncionalidades" e escolheu um mecanismo para endereçar o problema do ponto de vista técnico. "A intenção do BC foi essa, acho que foi bastante bem compreendida". Segundo ele, a decisão "atendeu aos seus propósitos".

O diretor ainda comentou que se tem utilizado a questão fiscal para explicar por que mesmo com taxa de juros em patamar contracionista, a economia brasileira surpreende. Na avaliação dele, na questão conjuntural, é uma resposta satisfatória.

"Minha leitura é que a surpresa no fiscal está menos na questão do tamanho do impulso, ou da despesa, que foi dado do ponto de vista fiscal, e mais na surpresa de quanto este impulso fiscal, enquanto dimensão do gasto, está gerando de impulso na economia".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188041>

Economistas expõem ao BC dúvida sobre solução fiscal duradoura

Gabriel Roca e Gabriel Caldeira De São Paulo

O anúncio das medidas de contenção de despesas que o governo deve fazer é insuficiente para gerar otimismo com uma solução mais duradoura para as questões fiscais do país. Na reunião entre economistas de mercado e o Banco Central (BC) realizada ontem, a possibilidade de aceleração no ritmo de aperto monetário pelo colegiado voltou a ser debatida, ainda que a larga maioria continue esperando elevações de 0,5 ponto percentual na taxa Selic.

A reunião foi realizada na manhã e foi conduzida pelos diretores de política econômica do BC, Diogo Guillen e de organização do sistema financeiro e resolução, Renato Dias Gomes.

Houve alguma divergência sobre qual seria o alcance das medidas de contenção de despesas que o governo deve anunciar, com números variando entre R\$ 30 e R\$ 40 bilhões. Segundo um dos presentes na reunião, um montante de R\$ 50 bilhões de cortes poderia até trazer algum alívio ao mercado e aos prêmios de risco dos ativos.

"Mas ninguém está muito animado com a possibilidade de o pacote resolver a questão fiscal. Os economistas seguem bastante pessimistas com a perspectiva de estabilização da dívida e a visão predominante é que deve ser um fiscal bem complicado até a eleição de 2026. Até pode ter um efeito de curto prazo, mas não existe uma visão de que o fiscal pode ser melhor daqui para frente", relatou um dos presentes, que falou sob a condição de não ser identificado.

De acordo com outra fonte, os cenários prospectivos para a política monetária dos participantes da reunião não pareciam contemplar uma Selic muito alta no fim do ciclo atual de ajustes, com as projeções variando entre os 12,5% e os 13,25%. Isso, em tese, afastou um pouco o debate sobre a aceleração do ritmo de aperto monetário pelo Comitê de Política Monetária (Copom) para 0,75 ponto por reunião.

"Em geral, foram poucas as falas sugerindo aceleração do ritmo e deu para entender que a Selic do grupo era, em média, um pouco acima da que está no [boletim] Focus [12,5%]", afirmou um participante. "Ninguém colocou muito o tema da aceleração na

mesa. Até achei que veremos mais dessa discussão, mas não foi uma visão consensual e nem da maioria." A **inflação**, no entanto, continua sendo um ponto de preocupação entre os economistas, especialmente no curto prazo. Os efeitos da seca e do câmbio mais depreciado foram citados pelos participantes do encontro, mas a **inflação** de serviços foi o fator de maior discussão.

"Parece uma visão bem consensual de que a **inflação** de serviços pode ser desafiadora no curto prazo. Uma minoria acha que pode desacelerar no ano que vem por conta de uma visão mais branda de atividade, mas a maioria dos economistas acha que serviços devem incomodar mais no curto prazo e devem incomodar no ano que vem", apontou um dos economistas.

Segundo uma fonte, houve maior divergência de opiniões no debate sobre a atividade econômica. "Parece que tivemos três grupos. Um acha que a atividade está forte e vai continuar forte no curto prazo, pressionando a **inflação**. Um outro grupo vai na linha oposta, de que a atividade está desacelerando e isso vai gerar uma abertura mais benigna para a **inflação** no ano que vem. E há ainda um terceiro grupo que acha que a atividade deve seguir forte no curto prazo, mas uma desaceleração deve ganhar corpo no segundo semestre de 2025", afirma esse interlocutor.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188041>

Selic em alta põe Brasil em "situação anormal"

Liane Thedim e Adriana Cotias Do Rio e de São Paulo

Um cenário de queda de juros nos países desenvolvidos com as economias ainda resilientes poderia beneficiar ativos de risco em mercados emergentes, mas o Brasil pode ficar fora dessa festa. Com a saúde das contas públicas no centro do debate e preocupações com a **inflação**, a percepção de gestores de recursos é que o Banco Central (BC) seguirá na contramão, com a Selic em rota ascendente para esfriar a atividade. Ganha atenção a renda fixa e as ações ficam em segundo plano, embora estejam num dos maiores descontos da história.

"A situação de taxa de juros do Brasil é anormal, porque no mundo os juros estão voltando à normalidade e aqui a patamares muito elevados", afirmou o diretor-executivo de investimentos da Bradesco Asset, Philippe Biolchini, ao participar do fórum de estratégias de investimentos, promovido pela Bradesco Asset e pelo Bradesco Global Privada te.

Ele lembrou que o Brasil segue sem o "investment grade", a classificação mais alta de crédito, mas ressaltou que rating é uma escala relativa. "O Brasil piorou suas contas, mas os outros países também com os efeitos da pandemia. Do ponto de vista macroeconômico não estamos isolados, e em termos de preços de mercado estamos um pouco mais isolados." Para Biolchini, a percepção é de que a economia está "mais aquecida do que pode e a **inflação**, mais acelerada do que se imaginava. "Precisamos de um rearranjo que passa pelo corte de gastos e por credibilidade em relação à trajetória da dívida. A política fiscal virou preponderante e temos possibilidades de sinalizações positivas nesse campo. E aí vai ser o momento de retomada de risco nas carteiras." Ana Luisa Rodela, responsável pela área de crédito privado da Bradesco Asset, afirmou não ver gatilho para a renda variável no curto prazo, mas que a classe deve compor a carteira do investidor. "As ações estão baratas. O lucro projetado não está refletido nas cotações." Apelidado como o "Warren Buffett brasileiro", César Paiva, sócio-fundador, gestor e principal executivo da paranaense Real Investor, disse estar animado com o momento atual da bolsa por conta dos preços das ações. Não se trata de olhar para o Ibovespa, que reúne as empresas de maior capitalização de mercado e liquidez, mas para ações

de boas empresas que estão com descontos expressivos.

"Faz tempo que o Brasil está barato, mas poucas vezes esteve tão barato quanto agora", afirmou Paiva, citando um preço/lucro (P/L, múltiplo que relaciona o preço atual com os lucros projetados) na casa de oito vezes, o câmbio depreciado, a R\$ 5,80, e as avaliações de preço justo, o "valuation", no chão.

"A gente entra em 2025 com as expectativas na lona e com coisas baratas. Mas quando se compra uma boa empresa, em que o lucro e os dividendos crescem, o simples carregamento do papel já traz bons resultados." José Rocha, executivo-chefe de investimento (CIO), gestor e sócio-fundador da Dahlia Capital, acrescentou que com a popularização das debêntures incentivadas, os investidores passaram a entender o que significa um retorno em IPCA+, mas esquecem de olhar para setores que têm o seu "valuation" calculado com base na **inflação**, com retornos entre 13% e 15% acima do índice de preços.

Em meio ao dilema de que com juros altos todo mundo corre para a renda fixa, Paiva citou que o investidor que vê a rentabilidade das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) a 6% a 7% acima do IPCA, deveria olhar para as empresas da mesma forma, invertendo o P/L, para chegar à rentabilidade que as ações podem ter se comparadas à dos títulos públicos, com algumas batendo nos 15%. "E lembrando que a grande maioria das empresas listadas tem capacidade de repassar a **inflação** nos seus produtos", comentou. "Não tenho vontade de comprar renda fixa." Se no período entre 2014 e 2016 as ações estavam depreciadas, com o cenário macroeconômico piorando e o lucro das empresas também, além de o endividamento ser alto, o ambiente hoje se mostra diferente. Na temporada atual, continuou Paiva, os resultados vêm aumentando, a economia cresce e a **inflação** ainda parece estar sob controle.

Entre os setores que compõem a carteira atual, ele citou o financeiro, com nomes como Bradesco, Banco do Brasil, PagBank e BB Seguridade; o de "Utilities", com Eletrobras, Neoenergia e Eletrobras; além de commodities, com o trio Petrobras, Suzano e Vale. No segmento imobiliário, tem a administradora de shopping Al-los e, mais recentemente montou uma posição na MRV, um papel que "namorava" desde o

fim do ano passado, mas que comprou agora com um desconto de 60%.

Rocha, da Dahlia, disse gostar do tema da inteligência artificial nos Estados Unidos. "Estar fora da bolsa americana é ficar fora da quinta revolução industrial." Rodela, da Bradesco Asset, frisou que vê o crédito privado ainda em destaque em 2025, mesmo com os prêmios mais apertados. "Com spreads baixos, a gestão ativa faz diferença", comentou ela, que acrescentou que a gestora tem uma metodologia própria de classificação de risco. "Mais de 60 dos papéis triplo A hoje no mercado não seriam considerados "high grade" [de melhor qualidade] na nossa metodologia."

"Faz tempo que o [mercado de ações no] Brasil está barato, mas poucas vezes esteve tão barato quanto agora" César Paiva

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188041>